

O Informativo Mensal de Conjuntura faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim de Economia e Tecnologia publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. Download gratuito pode ser feito no site www.boletimdeconjuntura.ufpr.

INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

A inflação, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), ficou em 0,30% em outubro, ou seja, acima da variação de setembro (0,18%, a menor taxa do ano). Como podemos observar, na Tabela 1, o acumulado do ano para o corrente mês está em 3,30%, contra 2,33% no mesmo período de 2006. Segundo análise destacada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os alimentos perecíveis contribuíram para a alta do índice, e as frutas, as quais subiram 7,05%, tiveram a maior participação individual (0,06%).

TABELA 1 - ESTIMATIVA DOS ÍNDICES DE PREÇOS¹ (variações percentuais em 12 meses)

Índice	2007											
	Fev ²	Mar ²	Abr ²	Mai ²	Jun ²	Jul ²	Ago ²	Set ²	Out ²	Nov ²	Dez ²	
IGP-M	3,67	4,26	4,75	4,40	3,89	4,00	4,63	5,67	6,29	6,09	5,97	
IGP-DI	3,79	4,49	4,61	4,38	3,96	4,17	5,19	6,16	6,10	5,87	5,85	
IPC-Fipe	3,08	3,05	3,37	3,98	4,88	4,94	4,89	4,87	4,56	4,37	3,60	
INPC	3,12	3,30	3,44	3,57	3,97	4,19	4,82	4,92	4,78	4,66	4,34	
IPCA	3,02	2,96	3,00	3,18	3,69	3,74	4,18	4,15	4,12	4,05	3,90	

Fonte: FGV, IPC-Fipe, IBGE e Gerin do Banco Central do Brasil.

Nota: 1) Para o INPC e IPC-Fipe considerou-se as estimativas de mercado agregadas, editados pelo Bacen/Gerin. Para os demais, as estimativas do Top-5 curto (5 melhores instituições em função do grau de acerto de suas previsões, no curto prazo). 2) Dados ocorridos.

Com a alta do gás, a expectativa de mercado em relação ao cenário para a inflação projetada para 2008 se deteriorou. Apesar de o peso do gás industrial e veicular ser pequeno no IPCA, a crise neste setor adicionou uma variável de risco que não estava contabilizada nos modelos de inflação do Banco Central.

Além disso, observam-se altas do preço do petróleo no mercado internacional que tem se aproximado do teto de US\$ 100 o barril recentemente. Esse fator tem contribuído de maneira substancial para anular ganhos derivados da valorização da taxa de câmbio brasileira¹. Segundo alguns relatórios da equipe econômica, já se considerada a possibilidade de que a Petrobrás reajuste seus preços, o que terá conseqüências, em termos de reajustes de preços, para os demais setores.

Segundo informações do BACEN, o modelo estrutural da economia não contabiliza nenhum reajuste dos combustíveis. No entanto, com a constante elevação dos preços do barril de petróleo no mercado internacional, esses reajustes podem ser incorporados pelo BACEN na definição da taxa de juros SELIC nas próximas reuniões do COPOM (Comitê de Política Monetária), o que irá aumentar ainda o seu conservadorismo. Um indício é que o COPOM interrompeu, em sua última reunião, o processo de cortes da taxa de juros SELIC, que está em 11,25% a.a.

Adicionalmente, segundo analistas de mercados e pesquisas feitas pela autoridade monetária com as instituições financeiras, a expectativa é que a SELIC fique nesse nível até o fim do ano. As projeções mostram que a previsão é que a taxa esteja em 10,25%, em 2008.

¹ Segundo alguns estudos a expectativa é que o câmbio contribua com apenas cerca de 0,5 ponto percentual para derrubar a inflação, abaixo do 0,6 ponto verificado em 2006 e bastante inferior aos 2,1 pontos percentuais de 2005.

NÍVEL DE ATIVIDADE

A Tabela 2 apresenta os indicadores da produção industrial por categoria de uso. O nível de produção industrial recuou 0,5% na passagem de agosto para setembro de 2007 na série com ajuste sazonal, segundo os dados divulgados pelo IBGE. Na comparação com setembro do ano passado, a produção industrial aumentou 5,6% e no acumulado do ano de 2007 o crescimento foi de 5,4%. No acumulado dos últimos 12 meses o índice aumentou 4,8%, demonstrando, portanto, um bom comportamento da indústria brasileira.

No entanto, em setembro, apenas a indústria de bens de capital registrou crescimento em relação ao mês anterior, de 1,4%. O setor com maior retração na passagem de agosto para setembro foi o de bens intermediários, com 1,0% de variação negativa.

No comparativo entre setembro de 2006 e setembro de 2007, além do bom desempenho da categoria de bens de capital, crescendo 21,9%, observa-se também o expressivo crescimento da categoria de bens de consumo duráveis, com 13,2% de aumento. No comparativo entre o acumulado janeiro-setembro de 2006 contra janeiro-setembro de 2007, todas as categorias apresentam taxas positivas de variação. O mesmo se verifica no comparativo dos acumulados dos últimos doze meses.

Tabela 2. Indicadores da Produção por Categoria de Uso - Brasil - Setembro de 2007

Categorias de Uso	Variação(%)			
	Ago/Set-07*	Set-06/Set-07	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Bens de Capital	1,4	21,9	18	15,4
Bens Intermediários	-1,0	3,7	4,2	3,7
Bens de Consumo	-0,3	4,4	4,1	3,9
Duráveis	-0,2	13,2	7,6	6,8
Semi-Duráveis e Não Duráveis	-0,6	2,0	3,1	3,0
Indústria Geral	-0,5	5,6	5,4	4,8

Fonte: IBGE

* Série com ajuste sazonal

A Tabela 3 apresenta os indicadores relativos a emprego e salários na indústria brasileira. Na passagem de agosto para setembro, o emprego industrial mostrou variação positiva de 1,0% na série ajustada sazonalmente.

Na comparação entre setembro de 2006 e setembro de 2007, a variação no emprego é ainda maior, apresentando crescimento de 2,8%. O destaque nesta comparação, no entanto, é a variação positiva de 6,0% na folha de pagamento real. A folha de pagamento também apresenta um excelente crescimento no comparativo do acumulado janeiro-setembro de 2007 contra igual período do ano anterior, com 5,0% de aumento.

Estes indicadores mostram que a indústria além de estar aumentando sua produção em praticamente todas as categorias de uso, também apresenta bom crescimento no nível de emprego e, principalmente, na remuneração de seus funcionários.

Tabela 3. Indicadores Conjunturais da Indústria - Brasil - Agosto de 2007

Variáveis	Variação(%)			
	Ago-07/Set-07*	Set-06/Set-07	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Pessoal Ocupado Assalariado	1,0	2,8	1,7	1,4
Número de Horas Pagas	1,0	2,2	1,4	1,3
Folha de Pagamento Real	1,0	6,0	5,0	4,2

Fonte: IBGE

* Série com ajuste sazonal

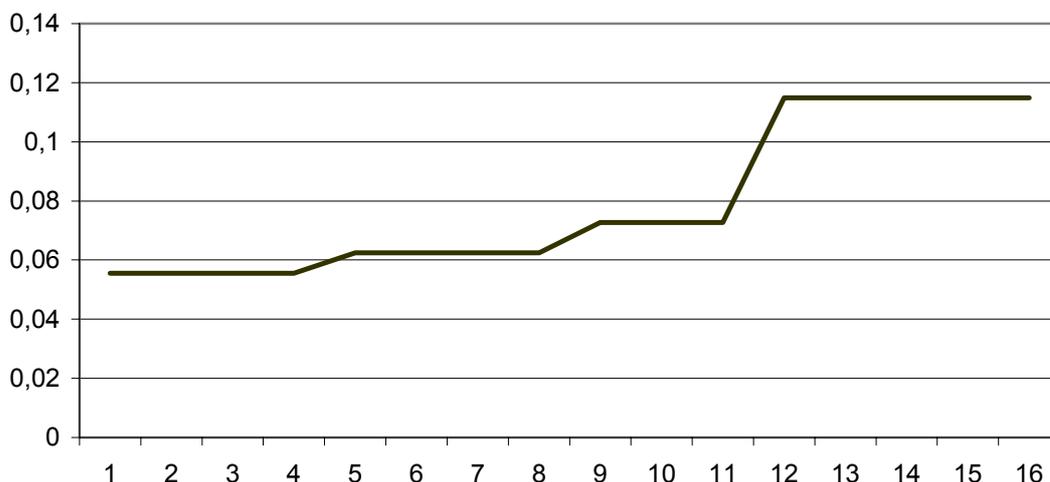
ECONOMIA PARANAENSE

A educação é um dos principais componentes que determinam a quantidade de capital humano em uma economia, sendo que esse fator é de fundamental importância no processo de desenvolvimento de uma nação. Um bom exemplo é o Brasil, onde comumente reporta-se ao desempenho do sistema educacional como uma das causas do seu baixo grau de desenvolvimento.

Uma população com reduzido grau de escolaridade acaba gerando reflexos sobre sua capacidade de realização de tarefas mais complexas e de tomada de decisões que necessitem de uma boa capacidade analítica. Ambas as características populacionais são cruciais no processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, dado que os recursos do governo são escassos, há ainda uma discussão sobre os níveis de ensino que deveriam ser priorizados para mudar esse cenário. Em um estudo para o estado paranaense, utilizando os dados de 2005 da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) e o procedimento de Heckman na estimação da regressão, encontrou-se que, quanto mais elevado o nível de estudo, maior o retorno da educação em termos salariais, como podemos ver na Figura 1:

FIGURA 1 – RETORNOS DA ESCOLARIDADE POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/IBGE.

Pela Figura 1, podemos ver que cada ano adicional de estudo, dos quatro primeiros anos do ensino fundamental, traz uma elevação média no rendimento de 5,5%, enquanto que cada ano dos quatro últimos anos do ensino fundamental faz com que a renda aumente, em média, 6,2%. Já para cada ano adicional do ensino médio, ocorre um aumento da renda, em média, de 7,3%. O ensino que traz maior retorno é o superior. Em média, cada ano adicional do ensino superior eleva a renda em 11,5%, indicando uma carência de profissionais com ensino superior, apesar do considerável crescimento do número de vagas no ensino superior na década de noventa e nos anos 2000.

Desse modo, seria um erro por parte do governo, levando em conta o seu papel de buscar o maior nível possível de satisfação da população, deixar de investir no nível superior. Adicionalmente, deixar de lado o ensino de base seria um erro ainda maior, uma vez que o menor retorno observado tem conseqüências no que se refere ao estímulo ao estudo. Isto implica que pessoas de baixa renda tendem a continuar nesta faixa, já que há um custo elevado de se estar estudando até que se obtenha maiores retornos. Neste caso, o papel do governo torna-se de extrema importância, tanto na ampliação da oferta do ensino público e melhoria de sua qualidade, quanto no desenvolvimento de estratégias e/ou políticas sociais visando tornar a opção pelo estudo uma escolha atrativa.

SETOR EXTERNO

A valorização cambial em curso, vítima da política monetária de juros altos, tem causado pressão negativa contínua sobre o desempenho do setor real das transações internacionais. Sabe-se que o setor externo da economia demora em responder a variações cambiais. A desvalorização cambial de janeiro de 1999, quando a taxa de câmbio desvalorizou-se de R\$1,21 para 1,98, só reverteu o saldo da balança comercial após abril de 2001. A conquista do mercado externo é um processo lento e as mudanças adaptativas da estrutura produtiva em novos patamares do câmbio, atualmente em curso, começa a dar sinais consistentes de perda de dinamismo externo.

Esta perda pode ser constatada em nível global da balança comercial e na observação da pauta de exportações e importações. Em nível global, como pode ser observado na Tabela 4, o crescimento médio das exportações acumuladas entre jan/ago de 2006, em relação à igual período de 2007, foi de 15,9%. No mesmo período, as importações cresceram 20,2%. Tendo em vista que o saldo da balança de serviços e rendas é negativo, este aumento mais que proporcional das importações contribui para uma perda gradativa e cumulativa da capacidade de geração de superávits nas transações correntes. De fato, o saldo em transações correntes caiu de US\$ 8,003 bilhões, em jan-ago de 2006, para US\$ 5,143, em 2007.

Em termos de pauta, a perda de competitividade pode ser constatada por mudanças na composição dos produtos exportados e importados. Entre os exportados, as maiores taxas de crescimento ocorrem entre os produtos básicos, de baixo conteúdo tecnológico e ligados a setores extrativistas (minérios) e agropecuários (carne). Esses setores não competem via produtividade e tecnologia, mas via preços, de forma que o câmbio é uma variável determinante. Desse modo, o que explica o crescimento das exportações desses segmentos é o ciclo de alta demanda externa. O país se consolida como um exportador de *commodities*. Um efeito negativo é que por situar-se no início da cadeia produtiva e empregar pouca mão de obra, o crescimento desse segmento tem um baixo efeito multiplicador dentro da economia.

Outro fator preocupante da adaptação produtiva em curso é o aumento significativo das importações de bens de consumo duráveis (31,8%), além de matérias primas e produtos intermediários (29,0%), em 2007. Esses dois itens têm grande impacto sobre o desempenho do setor industrial, que é o setor de maior conteúdo tecnológico. Muitas empresas estão substituindo componentes produzidos internamente, por componentes importados, especialmente da Ásia. O saldo da balança comercial brasileira em relação aos asiáticos, que era positivo em US\$ 1,696 bilhões, em 2005, ficou negativo em US\$ 2,119 bilhões, entre jan-ago de 2007, com estimativa de fechar o ano com déficit de US\$ 3,179 bilhões.

A atual valorização do câmbio, em curso, está provocando um fenômeno preocupante que irá se manifestar com intensidade progressiva daqui para frente, que é a especialização da economia em algumas poucas *commodities* e a diminuição do grau de diversidade produtiva, especialmente do setor industrial. O argumento de que ganhos de produtividade compensaria a valorização cambial é uma falácia. Numa visão otimista, poderíamos supor que a economia tenha obtido um aumento de produtividade de 4%. Mesmo assim, esse ganho é insuficiente para repor as perdas cambiais de 20% nos últimos 12 meses. Adicionalmente, é provável a ocorrência de uma deterioração dos termos de troca pelo desestímulo das exportações industriais e pela tendência à especialização em um futuro não muito distante.

Tabela 4 – Pauta de Exportações do Brasil (em US\$ milhões)

Discriminação	2006		2007			Variação 2006-2007
	Jan-Ago	Ano	Jan-Ago	Tend.	% Vert	
Saldo da Balança Comercial	26 032	40 377	27 466	41 199		5,5%
Exportações Totais	88 380	137 807	102 433	153 650	100,0%	15,9%
Produtos básicos	25 960	40 285	32 382	48 573	31,6%	24,7%
Minérios de ferro e seus concentrados	5 743	8 949	6 892	10 338	6,7%	20,0%
Óleos brutos de petróleo	4 131	6 894	5 066	7 599	4,9%	22,6%
Soja mesmo triturada	4 482	5 663	5 018	7 527	4,9%	12,0%
Carne de frango	1 838	2 923	2 677	4 016	2,6%	45,6%
Carne de bovino	1 926	3 135	2 312	3 468	2,3%	20,0%
Café cru em grão	1 711	2 928	2 113	3 170	2,1%	23,5%
Farelo e resíduos de óleo de soja	1 569	2 419	1 924	2 886	1,9%	22,6%
Fumo em folhas e desperdícios	1 200	1 694	1 448	2 172	1,4%	20,7%
Carne de suíno	597	990	718	1 077	0,7%	20,3%
Demais	2 763	4 690	4 213	6 320	3,2%	33,5%
Produtos semimanufaturados	12 219	19 523	14 140	21 210	13,8%	15,7%
Açúcar de cana em bruto	2 319	3 936	2 011	3 017	2,0%	-13,3%
Pastas químicas de madeira	1 626	2 479	1 954	2 931	1,9%	20,2%
Produtos semimanufaturados ferro ou aço	1 406	2 277	1 492	2 238	1,5%	6,1%
Couros e peles, depilados	1 183	1 872	1 465	2 198	1,4%	23,8%
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel"	945	1 637	1 168	1 752	1,1%	23,6%
Alumínio em bruto	1 003	1 495	1 072	1 608	1,0%	6,9%
Ferro-ligas	545	839	857	1 286	0,8%	57,2%
Óleo de soja em bruto	502	829	775	1 163	0,8%	54,4%
Madeira serrada ou fendida longitud	551	846	591	887	0,6%	7,3%
Ouro em formas semimanufaturadas	434	659	519	779	0,5%	19,6%
Demais	1 704	2 655	2 235	3 353	2,2%	31,2%
Produtos manufaturados	48 146	75 018	53 842	80 763	52,6%	11,8%
Automóveis de passageiros	3 078	4 597	2 989	4 484	2,9%	-2,9%
Aviões	1 900	3 241	2 338	3 507	2,3%	23,1%
Partes e peças para automóveis e tratores	1 936	2 972	2 100	3 150	2,1%	8,5%
Produtos laminados planos de ferro ou aço	1 603	2 718	1 934	2 901	1,9%	20,6%
Motores p/ automóveis e partes	1 889	2 797	1 669	2 504	1,6%	-11,6%
Aparelhos transmissores ou receptores	1 927	2 901	1 448	2 172	1,4%	-24,9%
Açúcar refinado	1 226	2 231	1 356	2 034	1,3%	10,6%
Calçados, suas partes e componentes	1 344	1 967	1 381	2 072	1,3%	2,8%
Óleos combustíveis	1 738	2 252	1 478	2 217	1,4%	-15,0%
Veículos de carga	1 242	1 869	1 335	2 003	1,3%	7,5%
Álcool etílicool.	883	1 605	1 031	1 547	1,0%	16,8%
Polímeros de etileno, propileno e estireno	816	1 375	1 076	1 614	1,1%	31,9%
Motores, geradores e transf. elétr	817	1 333	1 052	1 578	1,0%	28,8%
Suco de laranja congelado	615	1 043	1 082	1 623	1,1%	75,9%
Bombas, compressores, ventiladores, etc	896	1 371	1 031	1 547	1,0%	15,1%
Gasolina	838	1 199	1 095	1 643	1,1%	30,7%
Máq. Equip. p/ terraplan e perfuração	974	1 440	974	1 461	1,0%	0,0%
Tratores	779	1 239	927	1 391	0,9%	19,0%
Óxidos e hidróxidos de alumínio	681	1 109	842	1 263	0,8%	23,6%
Pneumáticos	666	1 018	874	1 311	0,9%	31,2%
Demais	22 300	34 739	25 830	38 745	25,2%	15,8%
Operações especiais ^{2/}	2 054	2 981	2 070	3 105	2,0%	0,8%
Importações	62 348	97 430	74 967	112 451	100,0%	20,2%
Bens de capital	12 220	18 920	15 657	23 486	20,9%	28,1%
Bens de Consumo Não duráveis	7 385	11 997	4 980	7 470	6,6%	-32,6%
Bens de Consumo Duráveis	3 715	6 079	4 896	7 344	6,5%	31,8%
Combustíveis e lubrificantes	9 867	15 197	11 829	17 744	15,8%	19,9%
Matérias-primas e produtos intermediários	29 161	45 237	37 605	56 408	50,2%	29,0%

FINANÇAS PÚBLICAS

A Receita total do governo central, em setembro, atingiu o valor de R\$ 49,3 bilhões, representando um aumento de 1,4% em relação ao mês de agosto, que foi de R\$ 48,7 bi. No ano, a arrecadação foi de R\$ 444,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2006, foi de R\$ 396,3 bilhões, ou seja, um aumento de 12,2%. As receitas vêm crescendo em função do desempenho da economia, da evolução do nível de preços, do crescimento da massa salarial e por conta de ingressos dos programas de parcelamento de débitos junto à SRF, à PGFN e ao INSS. O total de receitas do Governo Central em relação ao PIB corresponde a 23,9%, em 2007, aumento de 0,53 p.p. em relação ao ano anterior, o que demonstra contínuo aumento da carga tributária.

A Despesa total do Governo Central, por sua vez, apresentou uma elevação no mês de setembro, passando de R\$ 36,5 bilhões para R\$ 41,3 bilhões. Adicionalmente, de janeiro a setembro, a despesa total ficou em R\$ 316,4 bilhões contra R\$ 280,4 bilhões no mesmo período de 2006, o que representa uma elevação de 12,8%.

A despesa total do governo central atingiu 16,98% do PIB, ou seja, 0,5 p.p acima da despesa de 2006. Entre os principais fatores desse crescimento estão o aumento nas despesas de custeio e capital em R\$ 13,2 bi (15,7%), o aumento na rubrica de Pessoal e Encargos em R\$ 9,3 bi (12,5%) e o aumento dos gastos com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em R\$ 13,4 bi. Assim, sua participação no PIB passou de 7,03% para 7,13%.

Descontadas as Transferências a Estados e Municípios, o resultado primário do governo central, em 2007, alcançou R\$ 51,6 bi, resultado 7,2% superior ao do mesmo período de 2006, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 5. Resultado Primário do Governo Central – em R\$ bilhões

Discriminação	Agosto		Var. %	Jan-Setembro		Var. %
	2007	2007		2006	2007	
Receita Total	48.637	49 300	1,4	396 270	444 507	12,2
Receita do Tesouro	36.855	37 835	2,7	309 802	346 545	11,9
Receita da Previdência Social	11.684	11 393	-2,5	85 400	97 109	13,7
Receita do BCB	97	67,5	-30,4	1 068	853	-20,1
Transf. A Est. E Municípios	8.487	7 897	-7,0	67.683	76 464	13,0
Receita Líquida	40.186	41.398	3,0	328.587	368.043	12,0
Despesa Total	36.522	41.354	13,2	280.418	316 391	12,8
Despesa do Tesouro	22.082	20.646	-6,5	159.712	182.149	14
Pessoal e Encargos	8.682	8 962	3,2	74 727	84 092	12,5
Custeio e Capital	13.362	11 673	-12,6	84 527	97 770	15,7
Transferência ao BCB	38	11	-71,1	459	287	-37,5
Desp. da Previdência Social	14.270	20 550	44,0	119 481	132 849	11,2
Despesas do BCB	170	157	-7,6	1 226	1 394	13,7
Res. Primário do Gov. Central	3.663,5	44	-98,8	48 168	51 651	7,2
Tesouro Nacional	6.322	9 292	47	82 406	87 933	6,7
Previdência Social	-2.586	- 9 157	254	- 34 080	- 35 740	4,9
Banco Central (BCB)	-72	- 90	25	-157	-541	244,6
Resultado Primário/PIB	-	-	-	2,84%	2,77%	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

A DLSP atingiu, em setembro, R\$ 1.120,5 bi, representando 43,5% do PIB. Em agosto havia sido de R\$ 1.096 bi (43% do PIB). No ano de 2007 a DLSP foi reduzida em 1,4% em virtude do resultado primário e do efeito do crescimento do PIB em 3,5%. Já os juros nominais foram responsáveis por elevação da dívida correspondente a 4,6% do PIB e o ajuste decorrente da apreciação cambial de 0,8%.

Em relação à Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), sua composição apresentou os seguintes resultados em setembro: Selic (33,94%), ou seja, 1,1% abaixo de agosto; câmbio se manteve em 1,1%, prefixados (36,87%), com aumento de 0,4%, índice de preços (26,04%), com aumento de 0,8%. O Custo Médio da DPMFi em setembro caiu para 11,89% a.a. contra 13,74% de agosto e o prazo médio atingiu 36,05 meses, ou seja, 0,8% maior do que o apresentado em agosto.

Equipe Técnica



BOLETIM ECONOMIA & TECNOLOGIA
Informativo do Mês de Novembro de 2007



Guilherme R. S. Souza e Silva. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Macroeconomia. guilherme.fdg@uol.com.br

Jedson César de Oliveira. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Finanças Públicas e de Macroeconomia. jecoli@sociais.ufpr.br

João Basílio Pereima Neto. Doutorando em Economia pela UFPR. Professor de Economia e Coordenador de Pós-Graduação em Finanças Corporativas e Mercados Financeiros na UniBrasil. Membro da equipe técnica do Boletim. joaobasilio@unibrasil.com.br

Juliana Kikuchi Van Zaist. Graduanda em Economia pela UFPR. E-mail: acg_jk@yahoo.com.br

Luciano Nakabashi. Doutor em economia pelo CEDEPLAR/UFMG, professor adjunto do departamento de economia da UFPR e coordenador do Boletim de Economia & Tecnologia. luciano.nakabashi@ufpr.br

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor da UniBrasil. lucianofg@gmail.com.